

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica

Luciana Menezes

A AGROECOLOGIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA:
pensando materiais e estratégias didáticas para a abordagem da
questão socioambiental

Rio de Janeiro
2022



Luciana Menezes

**A AGROECOLOGIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: pensando materiais e estratégias didáticas para a abordagem da questão
socioambiental**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Janecléide Moura de Aguiar

Rio de Janeiro
2022

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

M543 Menezes, Luciana

A agroecologia nas aulas de sociologia da educação básica: pensando materiais e estratégias didáticas para a abordagem da questão socioambiental / Luciana Menezes. – Rio de Janeiro, 2022.

60 f.

Monografia (Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Janecleide Moura de Aguiar.

1. Ciências Sociais - Estudo e ensino. 2. Agroecologia. 3. Agricultura familiar. 4. Direitos humanos. 5. Movimento sociais. 6. Reforma agrária – Brasil. I. Aguiar, Janecleide Moura de. II. Título.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 – 5692.

LUCIANA MENEZES

A AGROECOLOGIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
pensando materiais e estratégias didáticas para a abordagem da questão socioambiental

Produto educacional da Especialização apresentado ao Programa de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica vinculado à Pró-Reitoria da Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Aprovado em 16 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Dra. Janecleide Moura de Aguiar

Instituição Colégio Pedro II

Orientador

Prof. Ma. Silzane de Almeida Carneiro

Instituição Colégio Pedro II

Prof. Me. Roberto Mosca Júnior

Instituição Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2022

**A AGROECOLOGIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: pensando materiais e estratégias didáticas para a abordagem da questão
socioambiental**

Luciana Menezes

Resumo: O presente produto educacional buscou desenvolver estratégias e recursos pedagógicos apropriados para abordar o tema da agroecologia nas aulas de Sociologia da Educação Básica. O Dicionário da Educação do Campo, publicado pela Fiocruz, representou a fonte fundamental de pesquisa para um repertório diversificado de atividades planejadas, tendo como ponto de partida o processo de estudo de alguns verbetes selecionados para fins didáticos. Os referidos verbetes seriam: Agricultura familiar, Agroecologia, Agronegócio, Desenvolvimento sustentável, Direitos humanos, Função social da propriedade, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Políticas públicas, Povos e comunidades tradicionais, Reforma Agrária, Revolução Verde, Soberania alimentar, Transgênicos, Via Campesina. A síntese pedagógica, produzida a partir dos verbetes, funcionaria como embasamento de apoio para o(a) professor(a) organizar seus próprios materiais didáticos em diferentes formatos, de acordo com subsídios teóricos e conceituais confiáveis e consistentes.

Palavras-chave: agroecologia; agricultura familiar; direitos humanos; movimentos sociais; reforma agrária.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 DIMENSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	8
3 METODOLOGIA	30
4 DESENVOLVIMENTO	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
Anexo A.....	52

1. APRESENTAÇÃO

A aprovação no curso de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica (ECSEB) do Colégio Pedro II criou muitas expectativas de retorno ao campo acadêmico. Uma experiência emocionante pisar no Campus Centro como estudante, dentro de um espaço histórico de excelência em educação. Todavia, a pandemia da covid-19 chegou junto com nossa primeira semana de atividades e criou um impedimento para as aulas presenciais. Assim, a turma ECSEB 2020 teve seu percurso acadêmico realizado remotamente, com exceção apenas da aula inaugural, proferida pelo professor Michel Thiollent sobre propagação de *fake news*.

Para além da conclusão dos créditos das disciplinas, dentre as exigências para a conclusão do curso, temos que eleger um objeto de pesquisa e escrever um TCC. Nessa hora algumas lembranças da minha própria trajetória afloraram. O interesse original sobre a temática da “educação do campo” vem desde a época em que estudava técnicas agrícolas com o saudoso professor Achilles, no antigo ginásio, hoje chamado ensino fundamental.

Desde a época do ginasial, alguns conhecimentos traziam uma motivação especial, como por exemplo estudar a disciplina de Técnicas Agrícolas. Na década de 1980, a escola municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, situada na Ilha do Governador-RJ, tinha essa disciplina presente no seu currículo. Naqueles raros momentos em que não se usava livros, toda atenção estava voltada para algumas habilidades de uso das ferramentas e para a identificação de suas funções. Era muito prazeroso, visto que as aulas externas traziam muitas curiosidades, inclusive de conhecer melhor o ambiente e o entorno escolar. Depois de tanto tempo, parece curioso imaginar que essa tenha sido uma inspiração para alguns caminhos que somente fui trilhar bem mais tarde, inclusive o próprio trabalho de especialização.

A vida escolar e pessoal seguiu outros rumos, mas também surgiu a necessidade de amadurecer e a oportunidade de desbravar um campo de conhecimento novo: a Sociologia. Assim, iniciei o curso de Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Campus Maracanã. No decorrer dos períodos, entre 2007 e 2016, fui tomando gosto pessoal por educação do campo. Então conheci o Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) e, antes do final da graduação, voltei a estudar no curso Técnico em Agroecologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),

Campus Seropédica, entre 2014 e 2016. Além da formação numa área de interesse, também acumulei algumas experiências marcantes. Como minha participação em alguns eventos diversos: na 38º Expointer, realizada no Rio Grande do Sul; na 6ª edição da Olimpíada Brasileira de Agropecuária (OBAP), no IFSULDEMINAS; e no II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA) que teve como tema “Educação em Agroecologia: resistências e lutas por democracia”.

De algum modo, a minha trajetória de formação se construiu pelo encontro entre a Sociologia e a Educação no Campo. Ao mesmo tempo, dialogando com aquela experiência inicial de aulas, nas quais os estudantes, como eu, participavam de aulas no espaço externo da escola, tendo contato com ferramentas e sementes. Um processo de sementeira, interna e externa, que frutifica até hoje, marcando meu olhar sobre a realidade.

Mesmo vivendo geograficamente afastada do campo, percebo meu papel como educadora e cidadã, em pensar as potencialidades desse debate para a vida urbana. Continuo extremamente envolvida com a possibilidade de conhecer esse universo de questões e perspectivas acadêmicas e pedagógicas que visam pensar a melhoria da qualidade de vida, tendo como base a agroecologia e a sustentabilidade. De modo geral, acredito que essa temática pode fazer parte dos currículos da Educação Básica – da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e ensino técnico – formando cidadãos conscientes em relação ao meio ambiente.

De tal reconhecimento surgem alguns questionamentos. Como envolver os jovens discentes em valores como a produção agroecológica e o consumo mais saudável? Como evidenciar o papel do pequeno produtor na garantia da produção de alimentos para toda população?

O recorte da pesquisa e do trabalho vai buscar problematizar essa realidade, com base em subsídios da Educação Ambiental e da Sociologia, tomando como referência fundamental o uso pedagógico dos verbetes do Dicionário da Educação do Campo.

A escolha desse material como referência significa um exercício de buscar desenvolver a mediação pedagógica entre o campo acadêmico e a realidade escolar, considerando a necessidade de aproximação entre os conceitos teóricos e o universo de experiências dos jovens estudantes.

Partindo dessa abordagem, o trabalho sugere, sempre que possível, construir atividades que tenham nexos com objetos da cultura digital. E, em certa medida, considera a possibilidade de estabelecer vínculos mais estreitos, quando se consegue garantir a veiculação e a disseminação da produção escolar, por intermédio de aparatos tecnológicos, em especial o celular. Em alguma medida, o contexto das redes sociais, ao potencializar o compartilhamento de informações, pode representar um espaço de sociabilidade e ser mais bem explorado pelo (a) docente.

2. DIMENSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A tarefa de escrever um Trabalho de Conclusão de Curso, com a temática ambiental e que possa ser utilizado em aulas da Educação Básica, representa um desafio instigante para os(as) docentes de Sociologia, uma vez que exige articular diferentes áreas do conhecimento, além de conceitos e categorias de explicação da realidade social.

De tal maneira, a abordagem da Sociologia Ambiental utilizada no trabalho dialoga com a *Ecologia Política* (LOUREIRO, 2012), uma vez que busca compreender os conflitos e contradições relacionados com a hegemonia capitalista na produção agrária, produzindo não somente exclusão, desigualdade, fome, mas também uma profunda crise socioambiental.

Ao mesmo tempo, o trabalho buscou promover uma aproximação com o *Ecosocialismo*, por ser uma vertente capaz de produzir críticas ao “capitalismo sustentável” ou “capitalismo verde”.

O ecosocialismo busca fornecer uma alternativa civilizatória radical, fundada nos argumentos básicos do movimento ecológico e na crítica marxista da economia política. Ele opõe, ao progresso destrutivo (MARX) capitalista, uma política fundada em critérios não-monetários: as necessidades sociais e o equilíbrio ecológico. Trata-se, ao mesmo tempo, da crítica da “ecologia de mercado”, que não põe em questão o sistema capitalista, e do “socialismo produtivista”, que ignora a questão dos limites naturais. O planejamento ecológico democrático, onde as principais decisões são tomadas pela própria população – e não pelo “mercado” (...) (LÖWY, 2021, p. 472)

Na prática, esse percurso permite utilizar o pensamento sociológico para compreender a crise socioambiental, problematizando a realidade por meio da relação entre indivíduo e sociedade. Portanto, a superação da referida crise socioambiental não pode estar focada apenas em soluções individuais, em geral superficialmente relacionadas com o comportamento de consumo de cada indivíduo – popularmente chamado de consumo consciente ou mesmo sustentável.

Portanto, o discurso que trata a responsabilidade da crise socioambiental centrada no indivíduo e no consumo acaba sendo uma explicação de natureza ideológica, por tentar compatibilizar capitalismo e sustentabilidade. Mudar esse cenário de crise dependeria do fortalecimento do Estado e o do desenvolvimento de políticas públicas para superação

dos seus efeitos mais diretos e, estruturalmente, de mudanças no sistema de produção capitalista, historicamente baseado na exclusão e na desigualdade.

O trabalho apresentado partiu da proposta de abordar questões relacionadas com a Sociologia Ambiental, de modo a construir recursos educacionais que motivem práticas docentes mais próximas ao universo de experiências dos estudantes.

Para selecionar o repertório de conceitos em destaque para as atividades pedagógicas foi utilizado o Dicionário da Educação do Campo (CALDART, 2012), organizado pela Fiocruz. No quadro abaixo, os verbetes aparecem dispostos por letras. Na sequência, o trabalho buscou realizar uma síntese, para fins didáticos e pedagógicos, mas apenas em se tratando de cada um dos verbetes destacados.

Tabela 1 – Verbetes do Dicionário da Educação do Campo

A	Acampamento, Agricultura camponesa, Agricultura familiar Agriculturas alternativas, Agrobiodiversidade, Agrocombustíveis, Agroecologia , Agroecossistemas, Agroindústria, Agronegócio , Agrotóxicos, Ambiente (meio ambiente), Articulações em defesa da Reforma Agrária, Assentamento rural
C	Campesinato, Capital, Ciranda Infantil, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Commodities agrícolas, Conflitos no campo, Conhecimento, Cooperação agrícola, Crédito fundiário, Crédito rural, Cultura camponesa
D	Defesa de direitos, Democracia, Desapropriação, Desenvolvimento sustentável , Despejos, Direito à educação, Direitos humanos , Diversidade
E	Educação básica do campo, Educação corporativa, Educação de jovens e adultos (EJA), Educação do Campo, Educação omnilateral, Educação politécnica, Educação popular, Educação profissional, Educação rural, Emancipação versus cidadania, Ensino médio integrado, Escola ativa, Escola do campo, Escola itinerante, Escola Única do Trabalho, Escola unitária, Estado, Estrutura fundiária
F	Formação de educadores do campo, Função social da propriedade , Fundos públicos
G	Gestão educacional

H	Hegemonia, Hidronegócio
I	Idosos do campo, Indústria cultural e educação, Infância do campo, Intelectuais coletivos de classe
J	Judicialização, Juventude do campo
L	Latifúndio, Legislação educacional do campo, Legitimidade da luta pela terra, Licenciatura em Educação do Campo
M	Mística, Modernização da agricultura, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) , Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) , Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) , Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) , MST e educação
O	Ocupações de terra, Orçamento da educação e superávit, Organizações da classe dominante no campo
P	Pedagogia das competências, Pedagogia do capital, Pedagogia do movimento, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia socialista, Política educacional e Educação do Campo, Políticas educacionais neoliberais e Educação do Campo, Políticas públicas , Povos e comunidades tradicionais , Povos indígenas, Produção associada e autogestão, Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)
Q	Questão agrária, Quilombolas, Quilombos
R	Reforma Agrária , Renda da terra, Repressão aos movimentos sociais, Residência Agrária, Revolução Verde
S	Saúde no campo, Sementes, Sindicalismo rural, Sistemas de avaliação e controle, Soberania alimentar , Sujeitos coletivos de direitos, Sustentabilidade
T	Tempos humanos de formação, Terra, Território camponês, Trabalho como princípio educativo, Trabalho no campo, Transgênicos
V	Via Campesina , Violência social

Fonte: Caldart, 2012.

Portanto selecionamos os seguintes verbetes: Agricultura familiar, Agroecologia, Agronegócio, Desenvolvimento sustentável, Direitos humanos, Função social da propriedade, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Políticas públicas, Povos e comunidades tradicionais, Reforma Agrária, Revolução Verde, Soberania alimentar, Transgênicos, Via Campesina.

E para cada um desses verbetes, buscamos elaborar uma síntese pedagógica, para que o professor tenha subsídios teóricos e conceituais para organizar materiais didáticos de diferentes formatos, inclusive com colegas da mesma/de diferentes Área(s) de conhecimento, conforme indica a Base Nacional Comum Curricular (2018).

2.1. Síntese pedagógica construída a partir dos verbetes

2.1.1. Agricultura familiar

O termo agricultura familiar qualifica formalmente os usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incluindo a transferência de recursos públicos para “assentados rurais, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais”. E sugere uma diferenciação dentro do setor agropecuário brasileiro: em contraste com a agricultura patronal e a agricultura camponesa. No campo acadêmico, representa uma organização produtiva na qual as relações de trabalho e produção estariam ancoradas na dinâmica da família – com variações desde a subsistência até as relações de mercado, tendo em vista a “interdependência entre agricultura e indústria”.

Assim, os padrões de sociabilidade e de parentesco teriam interferência sobre as atividades e funções desenvolvidas dentro desse núcleo produtivo. Em geral, encontra-se associada com modelos sustentáveis e agroecológicos, com a produção de alimentos orgânicos – em contraste com o modelo agroindustrial. O agricultor familiar torna-se sujeito de direito pelo decreto nº 1.946/96 e pela lei nº 11.326/06, de 24 de julho de 2006,

abrindo a disputa por créditos, além de serviços sociais e previdenciários. Enfim, sociologicamente temos uma categoria de explicação que corresponde a uma designação social e que, ao mesmo tempo, envolve posições e direitos.

2.1.2. Agroecologia

De acordo com Leff (2002), os povos originários e camponeses costumam utilizar técnicas e saberes tradicionais para produzir dentro de preceitos agroecológicos – modelo ameaçado pelo avanço do capitalismo, em especial pelo agronegócio. No Brasil, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, a “agricultura alternativa” produziu uma crítica à Revolução Verde no Brasil, tendo a obra de José Lutzenberger como uma das principais referências. Todavia, o termo agroecologia somente ganha expressão no país em 1989, com o livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”, de Miguel Altieri. Nas palavras do autor:

Uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis.” (ALTIERI, 1999, p. 9)

Enquanto na década de 1990, as organizações não governamentais (ONGs) ganham protagonismo na difusão da agroecologia, já no início do século XXI os movimentos sociais vinculados com a Via Campesina, incorporaram o debate agroecológico à sua estratégia política e passaram a dar contribuições importantes. Desse período datam o início de eventos como a Jornada de Agroecologia, o Encontro Nacional de Agroecologia, o Congresso Brasileiro de Agroecologia – resultando na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (2002) e da Associação Brasileira de Agroecologia (2004).

Cabe destacar que a agroecologia não necessariamente seria sinônimo de agriculturas alternativas – como orgânica, biológica, natural, biodinâmica – visto que, na prática, a concepção de agroecologia estaria ancorada na dimensão técnica de agroecossistema, dentro de um vínculo indissociável entre homem-natureza. Assim, “o saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma produtivo ao mostrar a possibilidade de produzir ‘com a natureza’” (LEFF, 2002, p. 44). Ao mesmo tempo em que cria uma resistência direta ao neoliberalismo como matriz hegemônica

agroindustrial, pelo seu caráter predatório. Logo, a agroecologia requer um modelo produtivo distinto do sistema capitalista. Assim:

(...)a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional (Via Campesina e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009). Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida (Via Campesina e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2006), sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana. (CALDART, 2012, p. 66).

Enfim, dentro dessa abordagem se reconhece a legitimidade do saber das populações camponesas e a necessidade de preservação dessa cultura como um patrimônio coletivo.

2.1.3. Desenvolvimento sustentável

O movimento ambientalista surge na segunda metade da década de 1960, diante do reconhecimento de uma crise ambiental motivada pelo crescimento econômico capitalista. Na década seguinte, tem início a busca por soluções para esse impasse. Começa a se falar em “ecodesenvolvimento”, com o Estado assumindo o papel de planejador. Mais tarde essa concepção passa a ser superada com o conceito de “desenvolvimento sustentável”, supondo o planejamento de estratégias que pudessem garantir um uso racional dos recursos naturais. Assim, a Conferência de Estocolmo (1972) e o Relatório Brundtland, formulado na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), afinam o debate.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 46)

O relatório concilia conservação ambiental para as gerações futuras e uma preocupação com o combate à pobreza. Todavia, contraditoriamente, defende a

necessidade de crescimento econômico, sem propor críticas diretas à sociedade industrial e aos países desenvolvidos. Enquanto isso, os países da América Latina vivem um processo de estagnação econômica e endividamento financeiro. Mesmo porque, a lógica Neoliberal reafirma a hegemonia capitalista e apaga o tom crítico inserido no discurso do ecodesenvolvimento, aliando sustentabilidade e racionalidade ao crescimento econômico (VIEIRA, 1998).

Portanto, o Estado e suas estratégias de ecodesenvolvimento passam a ser aliçados pela força do mercado global e do discurso da sustentabilidade. Com isso, a contradição entre ambiente e crescimento consegue ser, aparentemente, resolvida pelas leis de mercado, até mesmo assegurando os direitos de propriedade como elementos de ajuste dos “desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais” (VIEIRA, 1998).

A primeira conferência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento a reverberar esse clima aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992, a chamada ECO-92. Na ocasião ficaram explícitos os debates sobre biodiversidade e os conflitos com os interesses hegemônicos – numa tentativa de apropriação indébita dos recursos genéticos do Terceiro Mundo por parte das empresas transnacionais de biotecnologia. Ao pleitear direitos de propriedade intelectual, os países do capitalismo central oferecem riscos diretos aos povos e comunidades tradicionais defenderem seu patrimônio cultural e histórico, inclusive no sentido da garantia de sua subsistência econômica.

O desenvolvimento sustentável vai se tornar, assim, a concepção pela qual a questão ambiental se institucionalizará e ganhará normatização nas sociedades capitalistas (AMAZONAS e NOBRE, 2002).

O “Relatório Brundtland” traduz uma articulação de agências internacionais, coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU), com papel atuante do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, visando impor um padrão de modernização e desenvolvimento pautado no conceito oficial de desenvolvimento sustentável e no capital transnacional.

2.1.4. Agronegócio

O termo agronegócio costuma estar associado com atividades relacionadas com a produção e distribuição de produtos agropecuários. Alguns autores (HEREDIA,

PALMEIRA e LEITE, 2010), “as fronteiras entre agricultura moderna, complexos agroindustriais e agronegócio não são exatamente coincidentes” como se costuma supor, porque constituem-se fronteiras tênues e observam-se algumas superposições entre diferentes sujeitos sociais.

De fato, no início da década de 1990, ocorre uma mudança no uso da expressão “agricultura/agropecuária moderna” para “agroindústria”, e a imagem dos “complexos agroindustriais” ganha força e espaço. Todavia, a expressão agronegócio passa a ser adotada com maior frequência nos meios de comunicação de massa, até mesmo como uma forma de se estabelecer uma diferenciação em relação aos agricultores familiares, assentados de projetos de Reforma Agrária, comunidades tradicionais etc.

Percebe-se uma tentativa de organização política, por intermédio da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) que busca agregar os vários setores do segmento de *agrobusiness* – como “empresas de suprimentos de insumos e fatores de produção, agentes financeiros, centros de pesquisas e experimentação e entidades de fomentos e assistência técnica” – em especial, organizações que representam os interesses da classe dominante. Dessa forma, fica mais fácil pressionar o poder público em busca de crédito ou mesmo de renegociar dívidas, principalmente pela ação da Bancada Ruralista no Congresso Nacional.

No Brasil, além da concentração fundiária, o agronegócio também utiliza uma estratégia de exportação de *commodities* para o mercado internacional, em especial a soja. Por isso, em áreas extensas do país há uma concentração de empresas, como a Cargill e a Bunge, que privilegiam o mercado externo – dinâmica que impacta, diretamente, a alimentação da população brasileira.

Uma outra característica seria o uso de tecnologia de ponta na produção, visando ampliar os índices de produtividade e lucro, embora ainda utilizando mão de obra assalariada na produção. Todavia, um dado alarmante tem sido a presença de casos de trabalho em situação análoga à escravidão nesse segmento produtivo.

Por fim, o modelo produtivo desenvolvido pelo agronegócio – com o uso de sementes transgênicas e de agrotóxicos – passa a ser combatido pelos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma vez que este incorpora a “agroecologia” em seu modelo de Reforma de Reforma Agrária Popular.

2.1.5. Direitos humanos

Os direitos humanos são “direitos inerentes a cada pessoa”, no sentido individual e coletivo, como “universais, indivisíveis, interdependentes e inalienáveis”, garantindo a dignidade humana, nos termos do “direito à vida, liberdade e igualdade”, independentemente de sua condição, conforme a legislação vigente. De certa maneira, pode se associar tal definição ao Artigo 6º da nossa Constituição que prevê “direitos sociais, como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)”

Logo, os direitos humanos integram “direitos civis e políticos; os direitos sociais e coletivos; os direitos culturais e ambientais, além dos econômicos”. De acordo com a argumentação presente na publicação, há de se considerar três enfoques:

O primeiro dos enfoques é o da realidade econômica, social e política na qual esses direitos estão presentes, para avaliar se os direitos humanos são, efetivamente, respeitados. O segundo é o da responsabilidade que cada pessoa, cada povo e o próprio Estado têm quando ocorre ameaça ou violação desses direitos. O terceiro é o dos encargos exigíveis de cada ser humano, da sociedade e do Poder Público, identificando-se a responsabilidade do segundo enfoque, e se deve impedir ou reparar os efeitos da ameaça ou da violação desses direitos. (CALDART, 2012, p. 226).

Em geral, a violação de direitos humanos atinge povos e comunidades tradicionais, além dos segmentos mais vulneráveis da população que devem receber amparo especial, tendo em vista a condição de desigualdade e exclusão que perpetuam um cenário histórico de injustiça social. Até porque, há uma prevalência do direito à propriedade em detrimento do direito mais fundamental que seria o direito à vida. Por isso, no limite do desrespeito aos direitos humanos admite-se a desobediência civil, visando seu pleno restabelecimento como condição capaz de garantir a dignidade humana.

2.1.6. Função social da propriedade

Na Modernidade, o conceito de função social surge de uma formulação elaborada por Duguit. Para o autor, a propriedade deixou de representar o direito subjetivo do indivíduo, para estar associada com o crescimento da “riqueza social”. A Constituição

mexicana de 1917 foi a primeira a prever a função social da propriedade, visando garantir os interesses do campesinato e prevendo o caráter coletivo da propriedade da terra. E mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos reforça essa ideia de “desenvolvimento econômico e social”, incluindo direitos econômicos e culturais.

No Brasil, a Constituição de 1934 já previa a “propriedade condicionada ao interesse social e coletivo”. Por sua vez, a Carta Constitucional de 1946, definia a possibilidade de “justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Já o princípio da função social da propriedade aparece formalmente na Constituição de 1967, tendo como inspiração fundamental o Estatuto da Terra (1964). Mas a concepção de função social da propriedade que prevalece atualmente, encontra-se prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 186:

[...] a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, *simultaneamente*, os seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

E de forma complementar, o artigo 185 cria uma prerrogativa de que a União consiga desapropriar terras que não cumprem a função social, sendo destinadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), conforme estabelece a legislação. O lastro primordial dessas garantias fundamenta-se no artigo 5º da Constituição Federal, nos incisos XXII e XXIII, que junto com o artigo 186 e seus incisos, estabelecem prerrogativas de associação entre a função social e o direito de propriedade. Cabe indenização nos casos de desapropriação da propriedade rural que não cumpre sua função social.

Por fim, vale reafirmar a legitimidade das ações de ocupação realizadas pelos movimentos sociais, visando pressionar o Estado para cumprir a Lei da Reforma Agrária. O fundamento jurídico de tais ações políticas pode ser identificado no instrumento da função social da propriedade que deve atender aos interesses da coletividade, respeitando os índices de produtividade definidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como a legislação trabalhista.

2.1.7. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil)

No contexto da luta pela redemocratização do país, na década de 1980, surgem inúmeros movimentos sociais populares. Com forte influência da Pastoral da Terra (CPT) e de um sindicalismo rural combativo e da Pastoral da Juventude, os movimentos do campo vão ganhando contornos, assim com os diversos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. No início do processo de organização, as lutas concentravam-se no reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais – reivindicando direitos como aposentadoria, salário maternidade, sindicalização e participação política.

Em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), reunindo mulheres de diversos movimentos autônomos. Dentre os principais temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de sindicatos de trabalhadores rurais. Posteriormente, e mais recentemente, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Dentre as formas de luta e resistência, foram organizadas mobilizações regionais e nacionais, com a formação de acampamentos, além do reconhecimento de datas emblemáticas como o Dia Internacional da Mulher (8 de março) e a Marcha das Margaridas (12 de agosto). Com uma agenda ampla, as reivindicações pautavam desde enfrentamento de situações de violência no campo, até a ampliação dos direitos previdenciários e de saúde pública, além de um projeto de agricultura capaz de reconhecer a Reforma Agrária como um direito.

O Movimento das Mulheres Camponesas surge em 2003 como movimento nacional, com a organização do I Congresso que aconteceu visando “fortalecer a luta, em defesa da vida, todos os dias”. O evento contou com a participação de cerca 1.200 mulheres, de 16 estados brasileiros. As bandeiras de luta podem ser identificadas por intermédio de um projeto popular de agricultura – “autônomo, democrático e popular, classista” –, com a ampliação dos direitos sociais e da participação feminina na política e na sociedade. Para tanto, seria necessária a construção de uma via alternativa de poder popular pelo socialismo, no sentido de uma oposição ao modelo neoliberal, bem como ao padrão de sociedade machista e patriarcal.

Visando a internacionalização e o fortalecimento da luta, o MMC Brasil passa a fazer parte da Via Campesina e da Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC). De tal maneira, se fortalece o Projeto Ecológico de Agricultura

Camponesa, baseado na produção agroecológica de alimentos saudáveis, revitalizando o uso de sementes crioulas, além do combate às sementes transgênicas e aos agrotóxicos.

2.1.8. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Com a crise do petróleo em 1973, o Brasil definiu como estratégia o aproveitamento do imenso potencial hídrico para construir barragens. No entanto, esse processo aconteceu sem qualquer cuidado no sentido da proteção das populações e espécies que viviam no entorno dos empreendimentos. Com a abertura política, as organizações locais de atingidos por barragens foram se constituindo para enfrentar os impactos de empreendimentos instalados pelo país – como Sobradinho, Itaparica, Tucuruí, Itaipu, Itá e Machadinho.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surge efetivamente com a realização do I Congresso Nacional (1991). Na ocasião, a data de 14 de março fica definida como o Dia Nacional de Luta contra as Barragens. Entre os anos 1990 e o século XXI, a organização do movimento vai ganhando uma dimensão nacional, com jornadas de mobilização, marchas e ocupações.

O MAB assume como objetivo fundamental reivindicar um projeto popular para o Brasil, com a proposição de um novo modelo energético gerido de forma popular, capaz de garantir a matriz de propriedade pública e a previsão de fontes alternativas de geração de energia, com menor impacto social e ambiental. Modelo pautado na previsão de direitos para uma ampla gama de grupos sociais atingidos por esses empreendimentos de construção de barragens, em geral as populações tradicionais – como ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, camponeses – além de populações urbanas. Portanto, revela uma grande preocupação socioambiental, na defesa da vida, da natureza e da cultura.

Os empreendimentos costumam impactar as florestas, áreas pesqueiras e agricultáveis, ameaçando o modo de vida e subsistência dos grupos mais vulneráveis. E mesmo as indenizações pagas em casos de desapropriação, em geral são marcadas pela lógica da desvalorização dos bens, fato que revela uma interpretação preconceituosa feita pelo Judiciário. Assim, Vainer (2003) descreve uma estratégia “territorial

patrimonialista” que conjuga uma ação de “limpeza do território”, reconhecendo propriedades e não territórios na sua função social.

Há uma clara situação de desequilíbrio entre as partes envolvidas, por omissão do poder público. O Estado que deveria intermediar os conflitos, decreta a área para a construção de uma barragem como de utilidade pública, se eximindo de responsabilidades. Assim, as empresas passam a ter a prerrogativa na definição dos eventuais “atingidos”, além de seus direitos e reparações. Todavia, o ônus da prova cabe ao desapropriado que precisa se organizar, coletivamente, para ter seus direitos efetivamente reconhecidos.

Enfim, diante desse cenário adverso, o MAB, em seu processo de organização da luta social, acaba formando sua militância política, de forma horizontal e democrática. E isso acontece por intermédio de grupos de base, cursos de formação, reuniões, mobilizações e marchas.

2.1.9. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Entre os anos de 1995 e 1996, os pequenos agricultores do Rio Grande do Sul foram atingidos por uma grande seca que destruiu as plantações. Os pequenos agricultores acabaram sendo preteridos diante do favorecimento das grandes empresas que controlavam as terras, com incentivos fiscais e acesso aos créditos.

Diante da falta de ação do poder público, os camponeses passam a organizar vários acampamentos, reivindicando uma mudança na política agrícola, com crédito subsidiado, seguro agrícola, fim das importações e crédito moradia. No sentido de lutar contra o empobrecimento econômico e marginalização social e política.

I Encontro Nacional do MPA acontece no ano 2000, indicando um movimento de capilarização pelo país, com eventos que vão se sucedendo na organização de sua pauta e agenda política.

O MPA é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. (Movimento dos Pequenos Agricultores, 2005)

Na formulação estratégica do Plano Camponês, o MPA busca suprir as necessidades dos camponeses e da sociedade brasileira. Assim:

O Plano Camponês tem dois pilares fundamentais: 1) condições para viver bem no campo (educação camponesa, moradia digna, espaços de esporte, lazer e cultura, saúde, vida em comunidade etc.); 2) condições para produzir comida saudável, respeitando a natureza, e para alimentar o povo trabalhador (crédito, assistência técnica, mecanização camponesa, sementes crioulas, comercialização, seguro agrícola, apoio para agroindústrias etc.). (Dicionário da Educação do Campo, 2012, p. 497)

O projeto tem como pressuposto estabelecer uma relação mais estreita campo-cidade, nas lutas de massa e alianças entre as classes camponesa e operária, visando fortalecer o enfrentamento do agronegócio e de seu projeto de agricultura pautado no mercado e na destruição ambiental.

2.1.10. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sua origem nos acampamentos e ocupações realizados ainda durante a Ditadura Militar, como uma forma de resistência e luta pela redemocratização do país.

Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. (Site do MST. Disponível em <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>)

A organização efetiva do movimento se encontra associada com o I Encontro Nacional (1984), ampliando sua territorialização por todas as regiões brasileiras, sobretudo por intermédio de assentamentos rurais. Mesmo com a previsão de Reforma Agrária na Constituição de 1988, o poder de pressão dos ruralistas fez com que a desapropriação de terras somente fosse regulamentada mais tarde na Lei no 8.629 (1993).

Durante o governo, de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, foi realizada uma ampla política de assentamentos – embora no segundo mandato tenha tido uma regressão nesse quadro, com o enfraquecimento da referida política. Já no governo Lula foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), com a promessa, nunca

cumprida, de assentar 400 mil famílias. Na prática, priorizou-se uma política de regularização fundiária, em detrimento do assentamento das famílias.

As palavras de ordem utilizadas pelo MST costumam apontar estratégias e caminhos do movimento em relação ao projeto de Reforma Agrária. “Terra para quem nela trabalha” (1979-1983); “Terra não se ganha, terra se conquista” (1984); “Sem reforma agrária não há democracia” e “Ocupação é a única solução” (1985-1988); “Ocupar, resistir, produzir” (1989); “Reforma Agrária. Por um Brasil sem latifúndio” (final da década de 1990); “Reforma agrária, por justiça social e soberania popular” (2011).

Ao longo desse percurso, o MST – por intermédio de ocupações, marchas e acampamentos –, cria formas de resistência e luta ao modelo hegemônico que produz exploração e desigualdade. No contexto de sua ação política constrói um projeto de Reforma Agrária Popular, baseado na soberania alimentar e na produção agroecológica, ao mesmo tempo em que supõe o enfrentamento do modelo produtivo do latifúndio e do agronegócio.

2.1.11. Políticas públicas

Em geral, o estudo do conceito parte da definição de suas fases concretas: formação da agenda, formulação das políticas, processo de tomada de decisões, implementação, avaliação. Para além desse aspecto, a abordagem sobre políticas públicas se relaciona com uma ação efetiva do Estado pautada no reconhecimento amplo de direitos sociais – por isso também podem ser chamadas de políticas sociais.

[...] as políticas sociais constituem um espaço privilegiado de atuação política no (re)desenho do Estado, estabelecendo o vínculo necessário entre conflitos/demandas por direitos e busca de alternativas de emancipação. Sob esse prisma, os movimentos sociais pela definição e implementação de políticas públicas, com suas múltiplas expressões, articulando novas e tradicionais estratégias, constituem-se vias abertas, no confronto com a lógica do capital mundializado. (CARVALHO, 2008, p. 25)

Assim, os movimentos sociais apresentam um papel de protagonismo, como sujeitos históricos, na configuração de uma agenda de luta por direitos sociais. Portanto, os movimentos populares do campo se constituem como sujeitos coletivos de direitos. As

ações de reivindicação por direitos recebem lastro pelo poder de pressão decorrente de seu processo organizativo. Ao mesmo tempo, a formulação de políticas públicas de Educação do Campo requer a permanência e o vínculo com a luta da classe trabalhadora do campo, dentro de um projeto político.

2.1.12. Povos e comunidades tradicionais

O termo povos e comunidades tradicionais surge para representar a diversidade de grupos sociais formados por minorias, sendo, ao mesmo tempo, uma “categoria de análise e de ação política”. Especialmente com a introdução da questão ambiental, o termo acaba tornando-se uma categoria formalizada dentro de um conjunto de leis, direitos e políticas públicas – no sentido da conformação de uma “identidade sociopolítica mobilizadora das lutas por direitos”.

No campo acadêmico, os termos povos e comunidades tradicionais assumem uma caracterização socioantropológica bem diversa de grupos:

(...) povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu), grupos vinculados aos rios ou ao mar (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros), grupos associados a ecossistemas específicos (pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros) e grupos associados à agricultura ou à pecuária (faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes, campeiros, fundo de pasto, vaqueiros). (CALDART, 2012, p. 597)

Paul Little (2006), destaca o uso do termo dentro do campo ambiental, com surgimento na pauta internacional sobre preservação e conservação ambiental, referente à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável. Assim, a expressão "povos e comunidades tradicionais" nomeia, identifica e classifica variedades de culturas e modo de vida de grupos sociais que historicamente habitam áreas e regiões intensamente preservadas. O termo também inclui um significado de campo de lutas, relacionado com o reconhecimento dos direitos culturais e territoriais dos vários grupos indígenas e quilombolas.

No Brasil, com o processo de redemocratização e a ampliação do espaço político da sociedade civil na década de 1980, ganhou força a mobilização dos povos indígenas e de quilombolas em torno de reivindicações étnicas ante o Estado. Como resultado dessas lutas, importantes reivindicações territoriais e culturais foram incorporadas na Constituição Federal de 1988, fortalecendo juridicamente a situação fundiária e a identidade coletiva desses grupos. (CALDART, 2012, p. 597)

A aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989, representou um marco regulatório significativo, ao definir os direitos e garantias dos “povos indígenas e tribais em países independentes”. Na Constituição Federal de 1988 foram inseridas reivindicações dos povos indígenas e quilombolas, visando fortalecer a situação fundiária e a identidade coletiva desses grupos.

Os pesquisadores Diegues (2000), Little (2006) e Barreto Filho (2006), buscaram identificar traços e características comuns que elencam um conjunto de atributos dos grupos chamados “povos tradicionais”. A primeira seria a *relação com a natureza*, revelando grande saber e conhecimento acumulado sobre o ecossistema e a biodiversidade, criando uma postura de uso equilibrado dos recursos naturais. A segunda, a *relação com o território e a territorialidade*, envolvendo grupos de várias gerações que ocupam a mesma área e expressam uma relação de ancestralidade, memória e vínculo com determinados lugares e pessoas. Na sequência, a *racionalidade econômico-produtiva*, centrada na unidade familiar, desenvolvendo atividades como “caça, pesca, extrativismo, e pequena agricultura”, seja para consumo próprio, para ocasiões rituais ou para comercialização em pequena escala, mas sempre com baixo impacto ambiental. Por fim, *as inter-relações com os outros grupos da região e autoidentificação*, interagindo com outros grupos de forma cooperativa ou conflitiva, no sentido da construção de suas identidades sociais, ao mesmo tempo, por pertencimento e por contraste.

O reconhecimento formal por parte do poder público pode ser identificado pelo decreto que criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (Brasil, 2004). Entidade que oficializou o termo “povos e comunidades tradicionais”, atribuindo sentido jurídico e político, essencialmente ligado à criação de políticas públicas. Ao se diferenciarem das identidades camponesas clássicas – de trabalhador rural, camponês, lavrador e até do agricultor familiar –, acabaram criando outras formas de associação e luta. Assim, no cenário de conflitos étnicos e ambientais surge a necessidade de definir estratégias de resistência e de reivindicação por direitos. Em especial em se tratando do direito ao território, por significar um elemento identitário e de reprodução social dos grupos e comunidades tradicionais.

2.1.13. Reforma Agrária

A Reforma Agrária representa um modelo de programa governamental que visa oferecer um acesso mais democrático à propriedade da terra, seja pela desapropriação ou

pela expropriação dos fazendeiros/proprietários. A Reforma Agrária pode assumir diferentes formatos.

A *Clássica*, relacionada com o modelo de Estado burguês, buscava distribuir terras para os camponeses, no momento em que avançava o processo de industrialização, visando a ampliação do mercado consumidor de bens industrializados.

A *Anticolonial* foi registrada em contextos de independência de países latino-americanos – como Haiti, Paraguai e Uruguai – com a desapropriação de terras e distribuição para os camponeses.

A *Radical* teria como exemplos a Revolução Mexicana (1910) e a Revolução Popular na Bolívia (1952), apesar das suas especificidades, ambas tentaram erradicar o latifúndio, no sentido de oferecer terras aos camponeses de forma autônoma ao Estado que acabou por garantir a permanência desse processo, mesmo depois da derrota dos respectivos movimentos.

A *Popular*, instaura-se em situações de “mudanças de poder”, gerando “uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista e os camponeses”, podendo ser identificada em vários contextos: Revolução Chinesa, entre 1930-1950; no Egito, nas margens do rio Nilo, no período do Governo Nasser (1956-1958); no norte do Vietnã; na Guatemala, durante o governo de Jacobo Arbenz (1951-1954); em Cuba, com a Revolução Popular de 1959, a partir da qual foram realizadas três Reformas Agrárias; Nicarágua, com a Revolução Sandinista, entre 1979 e 1989, que também desenvolveu um processo de Reforma Agrária popular.

A *Parcial* tinha como objetivo implementar políticas de reforma agrária superficiais, apenas para frear mudanças mais radicais, em função do avanço de processos revolucionários em algumas partes da América Latina, Ásia e África.

A *De Liberação Nacional*, acontecida em países africanos – como Tanzânia, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Congo, Líbia e Argélia – no contexto das lutas vitoriosas por independência que culminaram com a formação de governos alinhados com a distribuição das “propriedades de colonos europeus” para os camponeses.

Por fim, a *Socialista* que se instaurou nos países do antigo bloco soviético, como a Rússia do governo de Josef Stalin (1924-1953), além de Iugoslávia, Coreia do Norte,

Alemanha Oriental e Ucrânia; considerando a terra como um bem de toda a nação. Assim sendo, não se admite a propriedade privada da terra, nem sua compra e venda – prevalecendo o “associativismo de base, em pequenos grupos de famílias, empresas sociais autogestionárias, cooperativas de produção e empresas estatais”.

Os movimentos sociais do campo articulados na Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Comunidades Quilombolas e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil, defendem a necessidade de uma Reforma Agrária popular. (CALDART, 2012, p.666)

De acordo com essa tipologia, o Brasil nunca teria implementado uma política de reforma agrária, embora a única tentativa concreta de envio de um projeto de lei ao Congresso tenha sido interrompida pelo Golpe Militar de 1964. Mesmo com o processo de redemocratização do país e o fortalecimento dos movimentos sociais organizados em torno da luta pela terra, ao longo de nossa história o poder das oligarquias rurais acabou perpetuando uma grande concentração de terras e impedindo uma reforma agrária massiva.

2.1.14. Revolução Verde

A Revolução Verde apareceu no final da década de 1950, no bojo de um processo de modernização da agricultura, com o objetivo de estimular a oferta de alimentos, mediante a melhoria da produtividade agrícola. Dentro dessa lógica, o controle da natureza com tecnologia de base industrial serviria para reduzir a fome no mundo e solucionar a crise de alimentos.

A Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. (CALDART 2012, p. 687)

O ponto de partida seria o argumento de que a variedade de alto rendimento (VAR), relacionada com sementes cultiváveis geneticamente modificadas, renderia mais do que os cultivos tradicionais. No entanto, essa visão pode ser enganosa, pois aumentar a produção de uma variedade pode reduzir a produção de outras. Assim, as sementes do pacote da Revolução Verde ameaçariam as plantações nativas com perdas significativas, visto que se variedades de sementes nativas não forem aproveitadas para produzir, elas

tendem a ficar extintas – ameaçando a biodiversidade. Em geral, as características das várias sementes “melhoradas” podem produzir inconsistências nutricionais nos alimentos produzidos. Por exemplo, ao arroz irrigado, precisam ser agregados nutrientes através da indústria, devido ao processo de insuficiência causada pelo uso de agrotóxicos.

Esse modelo da Revolução Verde pode ser interpretado como desigual e excludente, por ser insustentável do ponto de vista social e ecológico, ainda mais quando se considera seu “pacote tecnológico”, baseado em:

(...) insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos, motores à combustão interna, variedades de plantas e animais de laboratório considerados de alto potencial produtivo), no conhecimento técnico-científico, nas grandes extensões de terra (latifúndios) e na irrigação. (CALDART, 2012, p. 688)

Os pequenos produtores rurais e camponeses sofreram os efeitos dessas transformações que acabaram causando um intenso êxodo rural, mediante um processo de desterritorialização, uma relação de dependência generalizada com as grandes corporações, além da contaminação de muitas espécies vegetais e animais, causando uma grande devastação socioambiental. A marginalização e a exclusão de grande parte da população rural aconteceram em função do espaço conquistado pelas grandes empresas do agronegócio, inclusive com anuência e apoio por parte do poder público.

2.1.15. Soberania alimentar

A segurança alimentar representa o direito à alimentação da população como uma política pública que precisa ser garantida pelos governos dos países, por intermédio de “distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes, de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro” (CALDART, 2012, p. 716-717).

Parte desse debate sobre o problema da fome e da desnutrição no Brasil foi desenvolvido por Josué de Castro, em sua obra *Geografia da Fome* (1963). O autor, consolidou a perspectiva de que a fome representa um problema social, resultante da estrutura social de produção e distribuição dos alimentos. Por intermédio de sua contribuição teórica, conseguiu lugar de destaque e, com isso, o cargo de primeiro secretário-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na década de 1950.

Na mesma época, a Revolução Verde, como um projeto difundido pelo governo dos Estados Unidos, explicava o problema da fome como originário da baixa produção das lavouras. Então era preciso adotar novas técnicas de produção agrícola com agroquímicos, adubos químicos, venenos agrícolas e mecanização agrícola para aumentar a produção das lavouras e eliminar a fome. Desta forma todos teriam a “segurança” para a sobrevivência, desde que pudessem custear seus alimentos. E uma parte das pessoas em situação de vulnerabilidade poderiam ter alimentos básicos ofertados pelos governos, através de auxílios variados. Mas, ao longo de todo esse tempo, as políticas públicas estabelecidas mostraram-se insuficientes para resolver o problema da fome.

Uma nova perspectiva sobre a questão surge com o conceito de soberania alimentar, elaborado em 1996 pela Via Campesina Internacional, agregando a mobilização de muitas organizações camponesas pelo mundo.

O documento que ficou conhecido como *Declaração de Nyéléni*, afirma:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. (...) A soberania alimentar promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garanta que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzimos os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações. (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007).

Assim, além do acesso à alimentação como um direito, as populações de cada país têm o direito de produzir seus próprios alimentos em cada comunidade, município e região do seu território – enfatizando a lógica local de produção. Portanto, esse princípio garante autonomia de renda e controle de seus alimentos, bem como meios de acesso e gestão dos produtores de alimentos. Reconhecendo aos povos o direito de “controlar suas próprias sementes, terras e água”. Em suma, a soberania alimentar representaria uma ética de vida surgida de um processo coletivo de construção, fomentando pelos movimentos sociais e organizações camponesas, de modo participativo, no sentido de garantir alimentação saudável para o conjunto da população.

2.1.16. Transgênicos

A produção de plantas geneticamente modificadas, chamadas de transgênicos, tem origem em diferentes áreas de conhecimento: genética, bioquímica e biologia celular. A grande polêmica em torno do seu uso encontra-se em pesquisas que apontam para seus efeitos nocivos para a saúde e o meio ambiente.

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), garante que plantas transgênicas não comprometem a saúde humana e o meio ambiente, já que seu uso acontece através de normas de biossegurança, biotecnologia e de monitoramento e rastreabilidade que minimiza os riscos biológicos.

Na década de 1990 aconteceu um grande aumento de áreas cultiváveis de transgênicos. A empresa Monsanto foi uma das pioneiras, ao desenvolver e patentear a soja geneticamente modificada, inclusive comercializando para o consumo humano. Contudo, uma série de anomalias e efeitos imprevistos da soja transgênica foram identificados desde o início dessa comercialização. Na prática não se asseguram critérios de biossegurança para o seu uso.

Dentre os questionamentos mais relevantes relacionados temos impactos na saúde humana— como alergias, toxidez, intolerância etc. –, além da criação de novas pragas e plantas daninhas, e o aumento do uso de herbicidas com efeitos nocivos sobre espécies animais, a fauna e a flora. Tudo isso acaba comprometendo a qualidade do solo, da água e do ar, criando dúvidas acerca da biossegurança do uso das plantas transgênicas – com efeitos econômicos, culturais, sociais e políticos.

O uso de sementes transgênicas e agrotóxicos por parte dos pequenos produtores da agricultura familiar produz uma série de implicações, como o endividamento pela compra de insumos das grandes empresas transnacionais, além de uma ameaça direta ao modo tradicional de produzir, o que atinge diretamente a sociobiodiversidade e a condição de soberania alimentar.

2.1.17. Via Campesina

A I Conferência da Via Campesina (1993) origina um “movimento agrário transnacional” que tinha como objetivo articular movimentos camponeses, vinculados em torno da defesa da agricultura familiar e da produção agroecológica em pequena escala de alimentos saudáveis. Em linhas gerais, a Via Campesina busca um modelo de Reforma

Agrária baseado na soberania alimentar, na democracia popular e na agroecologia, no sentido da “garantia da biodiversidade e a da proteção dos recursos genéticos”.

3. METODOLOGIA

Os mecanismos de busca na internet representam uma importante estratégia de viabilizar a pesquisa docente, no sentido do exercício de seu papel de pesquisador reflexivo, diante da necessidade de construir uma educação da complexidade (Morin, 2001). Para compreender a agroecologia, dentro de uma abordagem sociológica e diante dos desafios na crise socioambiental, cabe problematizar a relação entre tecnologia, ciência e sociedade. Portanto, o uso das tecnologias para a pesquisa e produção de materiais didáticos se refere a um sentido de formação humana.

Partindo dessas considerações foi possível tanto selecionar artigos e textos acadêmicos para leitura e embasamento teórico do trabalho, quanto pesquisar e identificar recursos diversificados que pudessem tornar o material didático mais atraente e convidativo para os(as) estudantes.

Em geral, a preocupação do docente ao selecionar publicações e reportagens *on-line* deve partir da necessidade de procurar conteúdo com uma linguagem mais acessível, em fontes consideradas confiáveis. Vejamos algumas dicas para facilitar esse trabalho.

Tabela 2 - Critérios para pesquisa na internet¹

<i>Critérios</i>	<i>Explicação</i>
Refinamento de	Quanto mais refinados forem os termos da busca, mais fácil será encontrar resultados específicos sobre seu tema

¹ Quadro montado de acordo com a transcrição do texto elaborado pelo governo do estado do Paraná Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/pesquisa_fontes_confiaveis#collapseCollapsibleK5WS SUAUG7OJ9

palavras-chave.	de pesquisa.
Envolvimento com o tema	Ao encontrar algumas fontes que você julgue serem relevantes, analise seu conteúdo para verificar quais resultados estão mais de acordo com o tema de sua pesquisa, buscando diferenciar meras opiniões de resultados e informações referenciadas e confiáveis.
Avaliação das fontes.	Resultados de fontes confiáveis citam outras fontes. Ao selecionar um artigo, pesquisa, dados ou mesmo reportagens, verifique se há referência às fontes consultadas, data e nome do autor responsável pela informação original ou artigo e credibilidade do site em que este resultado se encontra.
Fontes com credibilidade	Utilize como fonte conteúdos disponibilizados em sites de instituições de estudos reconhecidas, centros de pesquisas e universidades ou em sites de grandes especialistas da área, revistas científicas especializadas com registro ISSN, ISBN e/ou DOI, repositórios digitais reconhecidos e portais acadêmicos.

Fonte: Governo do estado do Paraná

De tal maneira, o produto educacional buscou compilar alguns exemplos que podem ser reproduzidos, total ou parcialmente por outros(as) docentes em suas respectivas realidades escolares. Ou até mesmo servir como inspiração para elaborar um percurso educativo totalmente adaptado para sua realidade.

Conforme vai ficar mais evidente, a ênfase dada pela presente proposta tentou aprofundar uma abordagem sobre o conceito de “agroecologia”. Essencialmente partindo da definição sintética feita a partir do referido verbete – em conexão com o conjunto mais amplo de verbetes inicialmente lecionado.

Sendo assim, a diversificação do material didático supõe utilizar um amplo repertório, sempre com o cuidado de fundamentar a pesquisa em fontes consistentes e fidedignas. As publicações e reportagens aparecem com diferentes crivos e abordagens: feitas pela grande mídia corporativa e pela mídia alternativa.

Uma matriz de conteúdo e dados disponibilizados por diferentes atores sociais – ONGs, sociedade civil, movimentos sociais e populares, além do poder público. Assim, a temática da agroecologia também aparece no formato de charges, memes, podcasts e

vídeos. De modo a mobilizar o debate, pela ironia, como forma de crítica política da realidade, em oposição direta ao agronegócio e ao latifúndio.

Cabe enfatizar um sentido de formação humana, criando um sentido de sensibilidade e empatia por parte dos(as) estudantes da Educação Básica. Por isso, faz parte do papel docente problematizar as condições de vida e trabalho dos pequenos produtores rurais, discutir a legitimidade das demandas dos movimentos sociais, com base no princípio da função social da propriedade, além de evidenciar o sentido de dignidade humana relacionado com as formas de permanência e resistência das comunidades tradicionais.

4. A AGROECOLOGIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PENSANDO MATERIAIS E ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A ABORDAGEM DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Partindo dos apontamentos descritos no item da metodologia, as atividades elaboradas utilizaram como palavra-chave o termo “agroecologia”.

4.1. Utilizando publicações e reportagens como material didático

Visando delinear uma proposta de percurso educativo, selecionamos uma publicação da Fundação Heinrich Böll.

(...) uma organização política alemã sem fins lucrativos. Nossos princípios fundamentais são os da ecologia e da sustentabilidade, da democracia e dos direitos humanos, da autodeterminação e da justiça social. Damos ênfase à democracia de gênero, o que significa a emancipação social e direitos iguais para mulheres e homens. Um dos objetivos centrais da Fundação é o apoio e a promoção de processos de democratização. Para isso, um pressuposto fundamental é a existência de uma sociedade civil atuante. (Disponível em <https://br.boell.org/pt-br/sobre-nos>)

A perspectiva adotada por essa entidade se afina, em linhas gerais, com o presente trabalho, por partilhar uma abordagem da questão socioambiental pela via da ecologia política. Evidenciando, ao mesmo tempo, os “princípios da democracia e dos direitos humanos, da autodeterminação e da justiça social” e a atuação estratégica da sociedade civil nessa construção da emancipação social.

No entanto, cabe aqui um apontamento sobre o conceito de sustentabilidade já abordado no verbete. Importante frisar com os estudantes os limites do conceito de sustentabilidade para pensar uma solução efetiva para a crise socioambiental, uma vez que se encontra associado com os interesses empresariais do sistema capitalista. Até mesmo porque sua formulação foi realizada e difundida por organismos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial.

A seguinte publicação² feita pela Fundação Heinrich Böll sobre “Agroecologia no Brasil” visa discutir aspectos científicos e práticos, além de inovações institucionais e o papel assumido pelos movimentos sociais.

Figura 1 – Interface da publicação Agroecologia no Brasil



Agroecologia no Brasil

Alternativas Valorizando as dimensões da ciência, das práticas, dos movimentos sociais e das inovações institucionais.

2 Setembro 2018

por [Cláudia Schmitt](#), [Denis Monteiro](#), [Flávia Londres](#) e [Maria Emília Pacheco](#)

Fonte: Página na internet da Fundação Heinrich Böll

Além do texto do referido material que pode ser utilizado para fins didáticos, o(a) professor(a) pode destacar três imagens, no sentido de debater dimensões que potencialmente interagem com a agroecologia.

Na imagem “diálogos e convergências”, caberia aprofundar itens específicos – dependendo do planejamento docente, do currículo escolar e do interesse discente.

Figura 2 – Dimensões que interagem com a Agroecologia

² <https://br.boell.org/pt-br/2018/09/02/agroecologia-no-brasil>



Fonte: Página na internet da Fundação Heinrich Böll

Seguindo a proposta de explorar as imagens contidas na publicação, o(a) docente pode trabalhar nas aulas de Sociologia com a noção de políticas públicas, percebendo a influência dos princípios agroecológicos na abordagem feita pelo poder público. Inclusive seria interessante fazer uma comparação, em termos de avanços e recuos de tais políticas nos diferentes governos brasileiros.

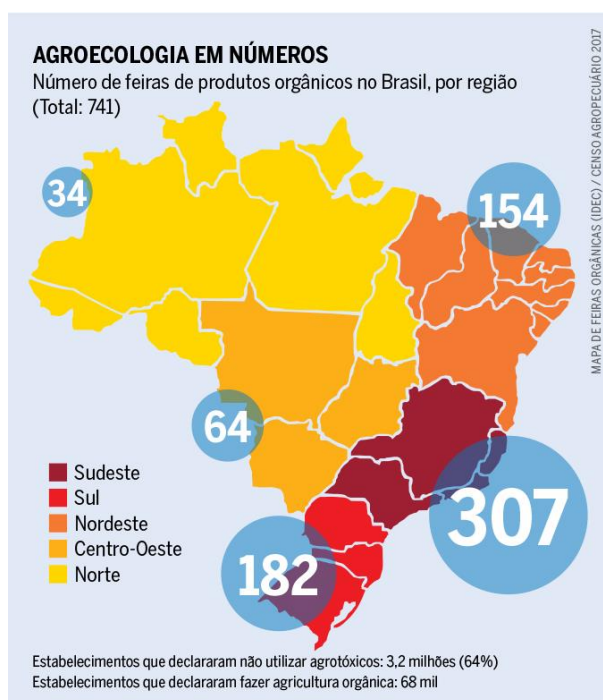
Figura 3 – Políticas públicas que avançaram na incorporação dos princípios Agroecologia



Fonte: Página na internet da Fundação Heinrich Böll

Por fim, um outro ponto que pode ser desenvolvido com maior atenção pelo(a) docente seria pesquisar e discutir dados concretos sobre a agroecologia no país.

Figura 4 – Dimensões que interagem com a Agroecologia



Fonte: Página na internet da Fundação Heinrich Böll

Na imagem anterior podemos visualizar um mapa com o número de feiras agroecológicas por regiões do país. De fato, ao trabalhar com dados o(a) professor(a) deve ter uma atenção especial sobre a utilização de dados recentes e, se possível, também comparar ao longo de um determinado período, para observar tendências de avanço ou recuo.

No sentido de diversificar os formatos, se pode fazer uso pedagógico do conteúdo publicado por veículos da grande mídia corporativa, como o Correio Braziliense, conforme reportagem abaixo apresentada³.

Figura 5 – Exemplo de reportagem da mídia corporativa
CORREIO BRAZILIENSE

DESENVOLVIMENTO

Estudo aponta políticas para a agroecologia

Políticas voltadas para o desenvolvimento da agroecologia já somam 487 iniciativas de políticas públicas em todo o país, de acordo com levantamento apresentado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na última semana

Fonte: Correio Braziliense

³ <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/12/5056522-estudo-aponta-politicas-para-a-agroecologia.html>

Seguindo o mesmo raciocínio, também se consegue uma abordagem mais associada ao posicionamento ideológico dos movimentos sociais, em especial com as publicações feitas pela mídia alternativa, como a Mídia Ninja⁴.

Figura 6 – Exemplo de reportagem da mídia alternativa



Além de possibilitar discutir o atual estado das políticas públicas agroecológicas, a entrevista traz o posicionamento político de Sebastião Pinheiro, um dos principais estudiosos sobre a temática no Brasil – com duras críticas ao mercado e ao agronegócio. Nesse caso, o(a) docente pode incorporar, eventualmente, trechos da referida entrevista na confecção de seu material de caráter autoral.

Como pudemos evidenciar na atividade de síntese dos verbetes, os movimentos sociais se constituem como sujeitos de direitos e agentes de um projeto de mudança qualitativa no padrão agrário brasileiro. Portanto, seria importante que o(a) docente pudesse selecionar para os(as) estudantes publicações com essa origem.

Dentre os repositórios digitais mais significativos na internet, temos as publicações feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em sua página oficial. No Anexo I está disponibilizada uma sistematização de notícias relacionadas com o termo “agroecologia”, especificamente aquelas que foram publicadas na página do MST no ano de 2022. Evidente que o(a) docente pode atualizar sempre que achar conveniente e necessário, ou mesmo utilizar outro movimento social como referência – MPA, MAB e MMC Brasil –, fazendo sua própria pesquisa e seleção.

4.2. Sites e portais como fontes de pesquisa

⁴ <https://midianinja.org/news/a-agroecologia-precisa-de-uma-politica-publica-ousada-afirma-sebastiao-pinheiro/>

Seguindo com o objetivo de aprofundar o estudo e o debate sobre a concepção de agroecologia, o(a) docente pode utilizar o recurso de sites e portais como fontes de pesquisa. No item anterior, já foi indicado um uso possível de publicações e reportagens no site do MST.

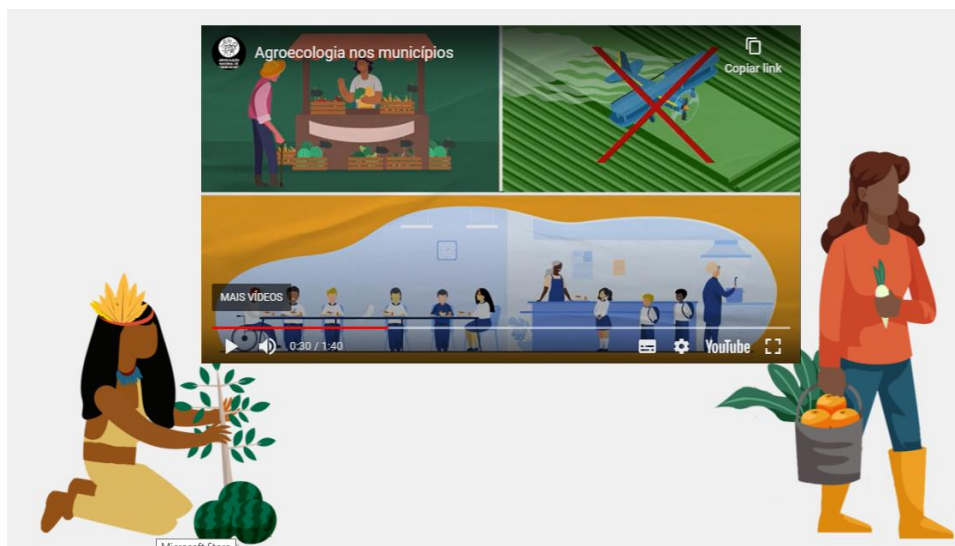
Agora vamos explorar as potencialidades do portal da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A entidade publicou um material de interface didática muito apropriada para a Educação Básica. No total são quatro cadernos com informações importantes sobre a temática da agroecologia nos municípios, com recursos diversos para abordar o assunto com os(as) estudantes, na sua complexidade e possíveis interfaces. Temos: 1) Estado e Políticas Públicas; 2) Incidência política e participação social e popular; 3) Orçamento público e sua relação com as políticas públicas; 4) Acesso à informação e direito à comunicação.

A iniciativa Agroecologia nos Municípios, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), tem como objetivo promover, apoiar e sistematizar processos de mobilização e incidência política no nível municipal visando a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas, projetos, leis e experiências municipais importantes de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional e que fortalecem a agroecologia. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos nos 26 estados brasileiros tendo como objetivo a criação uma rede de municípios agroecológicos no país. As ações municipais podem ser tanto de promoção da agroecologia, como também de resistência e enfrentamento às ameaças impostas às comunidades e aos territórios. (Disponível em <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>)

O material tem um vídeo⁵ de apresentação muito interessante, a partir do qual se pode sistematizar as principais ações de agroecologia nos municípios brasileiros.

Figura 7 – Imagem capturada do vídeo

⁵ <https://youtu.be/cVgU8sM3CWI>



Fonte: Portal da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Na imagem acima, podemos ver alguns exemplos: incentivo à comercialização de produtos agroecológicos (feiras e espaços populares, buscando aproximar o pequeno produtor da população), garantindo a alimentação escolar saudável, restringindo o uso de agrotóxicos. Como exercício, o (a) docente poderia investigar, juntos com os(as) estudantes, iniciativas dessa natureza em seu próprio município. Na interface inicial da página podemos acessar notícias, publicações, documentários⁶, redes⁷ e experiências.

Dentre os temas prioritários, destacam-se: biodiversidade, soberania e segurança alimentar, financiamento, mulheres e agroecologia, políticas públicas com enfoque agroecológico, agroenergia e agroecologia, marco legal de financiamento às organizações da sociedade civil. Dois documentos importantes também estão disponibilizados na página: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

4.3. Uso de charges e memes

⁶ Documentários que divulgam experiências bem-sucedidas em agroecologia e agricultura familiar desenvolvidas de forma autônoma por grupos populares em territórios rurais. (Disponível em <https://www.canalsaude.fiocruz.br/programas/programaAberto/curta-agroecologia>)

⁷ O Agroecologia em Rede (AeR) é um sistema de informações criado no início dos anos 2000, fruto de um esforço coletivo animado pela [Articulação Nacional de Agroecologia \(ANA\)](#), pela [Associação Brasileira de Agroecologia \(ABA-Agroecologia\)](#), pela [Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\)](#), pela [Cooperativa Eita](#) e por um conjunto diverso de redes e organizações. Como uma plataforma virtual, o Agroecologia em Rede oferece uma infraestrutura composta por tecnologias da informação em software livre para que redes do campo agroecológico se auto identifiquem e mapeiem suas experiências a partir de critérios e categorias por elas mesmas estabelecidas. (Disponível em <https://agroecologiaemrede.org.br/>)

As charges e quadrinhos já foram tradicionalmente incorporados ao repertório de recursos pedagógicos presentes nas aulas de Sociologia. Todavia, caberia explorar melhor as potencialidades pedagógicas associadas com o uso de memes em sala de aula. Vamos apresentar alguns exemplos e possibilidades de uso em sala de aula.

Figura 8 – Meme de comparação entre o agronegócio e a agroecologia



Fonte: Página gerar memes⁸

Metodologicamente, sugere-se utilizar um buscador de pesquisa na internet, como o Google, para selecionar charges e memes com o tema da “agroecologia”, ou outro termo correlato que seja do interesse dos estudantes. O meme da figura 8 ironiza o slogan usado pelo agronegócio em campanhas publicitárias.

Ao mesmo tempo, cabe desconstruir essa imagem positiva do agro recorrentemente difundida pelos meios de comunicação de massa, uma vez que a tecnologia seria uma condição para produzir alimentos nocivos à saúde, pelo uso de agrotóxicos e transgênicos.

Figura 9 – Charge do cartunista Latuff

⁸ <https://gerarmemes.s3.us-east-2.amazonaws.com/memes/thumb/bf7cd9e5.webp>



Fonte: Facebook⁹

De forma complementar, seria igualmente importante, ao mesmo tempo, estabelecer uma associação com o princípio da agroecologia, como sendo aquele relacionado com a construção da soberania alimentar e popular.

Na mesma linha de argumentação, a agroecologia constitui um elemento fundamental trazido pelos movimentos sociais, como princípio e modelo de ação, para evidenciar a alternativa de uma matriz produtiva para o campo calcada no poder popular, e dentro de uma estreita interface dialógica com a cidade e a vida urbana. Assim, o consumo de alimentos saudáveis pode ser considerado como um direito humano fundamental, de modo a superar a visão hegemônica relacionada com o modelo produtivo do agronegócio.

Figura 9 – Meme “O que é a agroecologia”

⁹ <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1809676749194659&set=pb.100063591312589.-2207520000>.



Fonte: Publicação no Facebook¹⁰

Assim, desafiaria uma produção agrícola fundada na Revolução Verde, que historicamente buscou aumentar a produtividade pelo uso de sementes transgênicas e de agrotóxicos. Modelo extremamente predatório dos recursos naturais, inclusive com aumento do desmatamento, e que causa sérios danos à saúde humana.

Figura 11 – Nuvem de palavras: agroecologia



Fonte: Facebook¹¹

¹⁰ <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1933523486809984&set=pb.100063591312589.-2207520000>

¹¹ <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1093212130841128&set=pb.100063591312589.-2207520000>

A figura 11 mostra um exemplo de “nuvem de palavras” associada com o termo agroecologia. O ponto de partida da atividade consiste em propor para os estudantes em sala de aula uma “tempestade de ideias”. De tal maneira, o(a) docente pode formular uma pergunta do tipo: Que palavras você associa com agroecologia? E a partir das respostas de seus estudantes, utilizar um aplicativo como o *Mentimeter Word Clouds*¹², ou outro do tipo, para sistematizar as respostas e criar uma representação visual.

Figura 12 – Meme brinde do Di Caprio à agroecologia



Fonte: Facebook¹³

Por fim, eleger o modelo da agroecologia representa um posicionamento político ideológico responsável do ponto de vista socioambiental, diante da crise sistêmica gerada pelo uso destrutivo dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, uma aproximação solidária com os grupos, povos e comunidades que mais sofrem com os impactos da destruição promovida pelo modo de produção capitalista.

Figura 13 – Meme “ET revoltado” e a segurança alimentar

¹² O(A) docente pode elaborar sua própria nuvem de palavras ao criar uma conta gratuita no seguinte link: <https://www.mentimeter.com/pt-BR/signup?referral=pt-BR/features/word-cloud>

¹³ <https://www.facebook.com/1081162652046076/photos/pb.100063591312589.-2207520000./1092897214205953/?type=3>



Fonte: Facebook¹⁴

De fato, tudo isso requer um acompanhamento vigilante e ativo do papel do poder público na defesa de políticas de segurança alimentar. No caso do Brasil, postura ainda mais importante diante de um contexto marcado pela volta do país ao Mapa da Fome.

A insegurança alimentar tem se agravado no Brasil, e a fome está ainda mais presente na vida dos brasileiros em 2022. Segundo dados do novo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, apenas 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação no país. A fome já atinge 33,1 milhões de pessoas. Os dados do segundo relatório, elaborado pela rede Penssan com apoio da Oxfam Brasil e outras organizações, mostram que a situação piorou muito desde a publicação dos primeiros dados, em 2021. As razões são conhecidas: aprofundamento da crise econômica, segundo ano da pandemia de covid-19 e a continuidade do desmonte de políticas públicas que promoviam a redução das desigualdades sociais da população. (Disponível em:

https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/?gclid=CjwKCAiAv9ucBhBXEiwA6N8nYNeXmGFRjRXNLxW1UawPpPSu6UWUrcQIC8fDHkPqwFJ3BPu-wMZ-oRoCEPAQAvD_BwE)

Segundo dados da ONG Oxfam Brasil, o quadro de fome no país atinge 33,1 milhões de pessoas, sendo decorrente da ausência combinada entre ausência de políticas públicas e de medidas de proteção social. Esse quadro demonstra a desigualdade social brasileira que afeta as regiões Norte e Nordeste, em especial mulheres e pessoas negras.

Para potencializar os recursos e seus efeitos de debate e reflexão, o(a) docente pode utilizar os memes em combinação com postagens feitas nas redes sociais. No caso abaixo seria possível pensar as formas de atuação concreta dos Poderes Legislativo e

¹⁴ <https://www.facebook.com/articulacaonacionaldeagroecologia/posts/4380031642082256/>

Executivo, na desregulamentação do quadro de proteção e de políticas públicas relacionadas com a segurança alimentar.

Tabela 3 - Postagem da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)¹⁵

Sim, parece brincadeira, mas é a mais pura verdade: o governo vai ACABAR com o Programa de Aquisição de Alimentos. Isso mesmo que você leu... Aqueeele [#PAA](#) que compra alimentos das mãos das famílias agricultoras e distribui a quem precisa, sabe? Pois é!

Em uma canetada da [#MedidaProvisória1061](#), o governo Bolsonaro resolveu inventar um tal de Alimenta Brasil. Programa similar, mas que, na prática, pode ser muito diferente. Se você acha que é só mudança de nome, saiba que não é. Esse é o 2º post da série com + detalhes da [#MP1061](#). Para que essa rede continue a te entregar nosso conteúdo, deixe seu like, salve na bandeirinha e, se puder, deixe um comentário pra dar força na luta. Então, o buraco é muito mais embaixo, começando pelas modalidades. Por exemplo: no novo Alimenta Brasil não tem modalidade Sementes, que é uma das políticas públicas mais importantes que as famílias agricultoras têm de fortalecimento das sementes crioulas. Também não aparece na [#MP1061](#) o papel da CONAB e das entidades de base como suporte para a realização do Programa. Ou seja, um verdadeiro desmonte. Outro detalhe: não tem recurso previsto. A MP não cita de onde serão tirados os valores e, como está sendo feita às pressas para aproveitar o ano eleitoral, nada garante que, depois das eleições, essa política pública vai sobreviver. E tem mais: como a MP é muito superficial, vai precisar de regulamentação do Congresso. O que é uma incógnita. Nada claro, nada com embasamento técnico. E você sabe, né? Essa MP1061 é a mesma que cria o Auxílio Brasil, um programa que tem a intenção de substituir o [#BolsaFamília](#), mas que tem deixado pesquisadores, organizações sociais, conselhos, gestores e profissionais da área com muitas preocupações. Justamente quando o País sofre com o agravamento da fome, ao invés de valorizar as políticas públicas de promoção da segurança alimentar existentes, o que o governo federal faz? Aproveita que as eleições estão chegando, destrói o que tá pronto. Dói, né? Ver tantos anos de construção coletiva acabar assim. Continuaremos a falar sobre isso aqui, mas queremos saber quem mais se indigna com essa situação. Conta aqui.

¹⁵ Postagem no Facebook disponível em

<https://www.facebook.com/articulacaonacionaldeagroecologia/posts/4380031642082256/>

4.4. O uso de uma ferramenta de articulação em rede

O uso de recursos em rede, por intermédio de uma ferramenta online, tem sido largamente mobilizado por movimentos sociais populares e por entidades da sociedade civil, no sentido de capilarizar os valores da agroecologia. Assim, a experiência “agroecologia em rede” ancora-se numa base de dados alimentada por aqueles que ocupam os territórios com experiências dessa natureza.

Figura 14 – Interface do site “Agroecologia em Rede”



Fonte: Site da Agroecologia em Rede¹⁶

Para fins pedagógicos, o(a) docente pode acessar os recursos da referida plataforma interativa que conta com mais de 4 mil experiências agroecológicas no Brasil e na América Latina. A confiabilidade da plataforma está associada com o esforço coletivo em desenvolver um sistema de informações por parte de entidades como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – agregando um conjunto diverso de redes e organizações.

¹⁶ <https://agroecologiaemrede.org.br/>

4.5. Uso de podcasts em sala de aula

O podcast aparece como um objeto da cultura digital que pode ser utilizado como um recurso educacional potente, porque permite agregar vários recursos sonoros mediados pela tecnologia para problematizar um amplo leque de questões, no caso em relação ao conhecimento sociológico e sua aplicação escolar.

Para esclarecer esse papel da tecnologia e do podcast, Freire (2014), argumenta que não se trata de substituir a presença do professor por “arquivos digitais de oralidade”, mas sim de fomentar o uso em sala de aula de um “híbrido entre o meio on-line e a oralidade”.

Em princípio, importa tomar na análise do papel do *podcast* na Escola um viés que não elenque essa tecnologia como substituta das atividades escolares em sala de aula. Tal posicionamento advém da observação de que as principais características do *podcast* possibilitam a expressão ampliada de vozes, ação potencialmente dialógica, entretanto ao contrário de uma sala de aula, não há ali o exercício efetivo do diálogo entre ouvintes/falantes, mas um mote para a ocorrência desta ação em diversas instâncias. (FREIRE, 2014, p. 174)

No sentido de trabalhar com a perspectiva de uma expressão plural de vozes trazidas pelo podcast como recurso educacional, a proposta pretende discorrer brevemente sobre aspectos teóricos e práticos, além de conceituais e metodológicos, que permitirão ao docente usar o “roteiro de podcast” para elaborar seu próprio “arquivo digital de oralidade”, considerando sua realidade escolar específica.

Tabela 4 – Quadro para planejar a estrutura do podcast

<i>Etapas de criação e desenvolvimento</i>	<i>Descrição</i>
Identificação do público-alvo	Faixa etária e o nível de inserção no debate da temática
Criação da pauta	Escolha da(s) temática(s), ancorada na identificação do público-alvo. <i>Introdução:</i> saudação aos ouvintes, com apresentação dos hosts e convidados, além da temática. <i>Desenvolvimento:</i> um encadeamento da temática que pode

	envolver contexto, caracterização do conceito, referenciais teóricos, possibilidades, limites, contradições, desafios. <i>Conclusão</i> : síntese, proposição de questões
Elaboração do roteiro e do descritivo	A estrutura da pauta precisa ser organizada, de modo a planejar o sequenciamento de informações, perguntas e interações; além da identidade sonora (com vinhetas que marcam a abertura e o fechamento)

A tarefa de produzir um podcast autoral junto com os estudantes representaria um desafio excepcional. Todavia, sabemos das limitações técnicas e de recursos humanos. Nem sempre as condições ideais se viabilizam, tendo em vista a disponibilidade ou afinidade do(a) docente com a referida produção.

De tal maneira, vale a sugestão do podcast Momento Agroecológico¹⁷, produzido pela Rádio Brasil de Fato. Em especial pelo seu evidente potencial pedagógico, relacionado diretamente com a temática desenvolvida no produto educacional. E, ainda mais, pelo seu formato curto que permite mais tempo para o debate das questões propostas em sala de aula.

Figura 15 – Interface do podcast Momento Agroecológico

PODCAST



Momento Agroecológico

Programete semanal gravado com média de 4 minutos de duração. Entrevista agricultores, pesquisadores e consumidores de produtos agroecológicos, retratando iniciativas de agroecologia popular desenvolvidas em diversas regiões do país e apresentando os benefícios desta prática na vida dos trabalhadores rurais.

Fonte: Imagem capturada da página do Podcast Momento Agroecológico

O repertório de abordagens é amplo e diverso: agroflorestal, horta comunitária, estratégias comunitárias sustentáveis, produção orgânica, produtos da reforma agrária,

¹⁷ <https://www.brasildefato.com.br/radioagencia/podcasts/momento-agroecologico>

fome e economia solidária, energia limpa, plantas medicinais e o saber popular, feiras agroecológicas, dentre outros assuntos.

O presente produto educacional mostrou alguns caminhos possíveis para trabalhar com a temática da agroecologia. Em linhas gerais, os(as) docentes podem explorar as inúmeras possibilidades e potencialidades das tecnologias de comunicação e informação no planejamento das atividades pedagógicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O produto educacional teve como objetivo o planejamento de recursos pedagógicos diversificados para desenvolver pesquisas e atividades, visando o estudo do conceito de agroecologia nas aulas de Sociologia da Educação Básica.

Partindo de um repertório previamente selecionado de verbetes disponibilizados no Dicionário da Educação do Campo, publicado pela Fiocruz, o trabalho sintetizou os principais pontos e características associados aos diferentes conceitos – contexto, referenciais teóricos, polêmicas, debates, conflitos, interesses. Talvez, o principal conceito a ser problematizado pelos(as) docentes seja o de desenvolvimento sustentável, pelo seu vínculo estreita com a lógica empresarial capitalista e com as agências internacionais de fomento capitalista – ONU, OCDE, FMI, BID, BM etc.

A dimensão política e ideológica do campo acadêmico esteve sempre presente nas formulações. Os embates entre a Agroecologia e o Agronegócio, entre os movimentos sociais e os setores empresariais – nos seus diferentes projetos para a agricultura brasileira. A Reforma Agrária na superação da Revolução Verde – dos agrotóxicos e transgênicos.

Cabe situar os trabalhos pedagógicos dentro da defesa radical da segurança alimentar, contra a fome, a pobreza, a exclusão e a desigualdade. E pela soberania alimentar, com alimentos orgânicos, produzidos de forma sustentável, para garantir alimentos saudáveis para toda a população brasileira. O papel do Estado na formulação

de políticas públicas precisa ser debatido, estudado e analisado, assim como as experiências agroecológicas nas comunidades brasileiras.

Por afinidade, conferiu-se centralidade aos seguintes sujeitos de direitos, no sentido da emancipação social: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E a Via Campesina, como grande articuladora transnacional dessa rede agroecológica

Dentro dessa argumentação, a função social da propriedade, aparece como princípio legitimador da luta e resistência desses grupos. E os Direitos Humanos como proteção diante da injustiça ambiental que impacta povos e comunidades tradicionais. Portanto, a dignidade humana precisa ser uma garantia fundamental, efetiva do Estado Democrático de Direito.

Diante do desafio de discutir o conceito de agroecologia nas aulas de Sociologia da Educação Básica, espera-se que a síntese pedagógica, produzida a partir dos verbetes, possa funcionar como embasamento e apoio para o(a) professor(a) organizar seus próprios materiais didáticos em diferentes formatos – textos, reportagens, publicações nas redes sociais, memes e podcasts.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.

AMAZONAS, M. de C.; NOBRE, M. (org.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ibama, 2002.

BARRETTO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Adams, C.; Murrieta, R. S. S.; Neves, W. A. (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CALDART, Roseli Salete et al (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

CARVALHO, A. M. P. A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, p. 16-26, 2008

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963. 2v.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

Fórum Mundial pela Soberania Alimentar. Declaração de Nyéléni. Nyéléni (Mali), 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/en/declaracao-de-nyeleny-foro-mundial-pela-soberania-alimentar/> Acesso em: 9 janeiro de 2023

FREIRE, E. P. **Podcast na educação brasileira: natureza, potencialidades e implicações de uma tecnologia de comunicação**. Tese (Doutorado em Educação). Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN. 2014.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. **Anuário Antropológico** 2002-2003, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, p. 251-290, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

LÖWY, Michel. Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.13, n.2, p. 471-482, ago. 2021. ISSN: 2175-5604

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). **O MPA e a resistência camponesa:** história, propostas, princípios e organização. [s.l.]: MPA, 2005. (Documento interno).

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Vainer, C. B. (org.). **O conceito de atingido:** uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, 2003.

VIEIRA, Paulo Freire et al (org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil:** a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: Aped, 1998. p. 165-172.

Sites

Governo do Estado do Paraná. Secretaria Estadual de Educação. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/pesquisa_fontes_confiveis#collapseCollapsibleK5WSSUAUG7OJ9> Acesso em 09 de novembro de 2022.

Podcast Momento Agroecológico. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/radioagencia/podcasts/momento-agroecologico> Acesso em 02 de dezembro de 2022.

Site Agroecologia em Rede. Disponível em <<https://agroecologiaemrede.org.br/>> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

Site do Canal Saúde Fiocruz. Disponível em <www.canalsaude.fiocruz.br/programas/programaAberto/curta-agroecologia> Acesso em 15 de novembro de 2022.

Site do Correio Braziliense. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/12/5056522-estudo-aponta-politicas-para-a-agroecologia.html>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

Site da Mídia Ninja. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/a-agroecologia-precisa-de-uma-politica-publica-ousada-afirma-sebastiao-pinheiro/>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

Site da Fundação Heinrich Böll. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/sobre-nos>> e <<https://br.boell.org/pt-br/2018/09/02/agroecologia-no-brasil>> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

Site do MST. Disponível em <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82.>> Acesso em 7 de dezembro de 2022.

Site da OXFAM Brasil. Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/?gclid=CjwKCAiAv9ucBhBXEiwA6N8nYNEXmGFRjRXNLxW1UawPpPSu6U>>

[WUrcQIC8fDHkPqwFJ3BPu-wMZ-oRoCEPAQAvD_BwE>](#) Acesso em 20 de dezembro de 2022.

ANEXO A – Publicações com a temática da Agroecologia publicadas no site do MST no ano de 2022

MST e Livres Agroecologia inauguram Espaço Agroecológico em Campinas

Localizado em Barão Geraldo, o Espaço Agroecológico será uma loja de alimentos livres de agrotóxicos produzidos pelas famílias assentadas da região e outros produtos das cooperativas do MST

29 de novembro de 2022

<https://mst.org.br/2022/11/29/mst-e-livres-agroecologia-inauguram-espaco-agroecologico-em-campinas/>

Em MG, cursos abordam agroecologia como construção da Reforma Agrária Popular

Curso Técnico com ênfase em Agroecologia e Curso de Gestão em Empreendimentos Sociais, conquistas para região do Vale Rio Doce

26 de setembro de 2022

<https://mst.org.br/2022/09/26/em-mg-cursos-abordam-agroecologia-como-construcao-da-reforma-agraria-popular/>

Caderno de agroecologia é lançado para escolas do campo das áreas de Reforma Agrária

O caderno e a caderneta são instrumentos de formação política, pedagógica e técnica

21 de setembro de 2022

<https://mst.org.br/2022/09/21/caderno-de-agroecologia-e-lancado-para-escolas-do-campo-das-areas-de-reforma-agraria/>

33ª Romaria da Terra no Paraná: Sabedoria e natureza clamam por Agroecologia, Teto, Terra e Trabalho

Com ritual litúrgico e partilha de alimentos, a Escola Milton Santos será sede da 33ª Romaria da Terra no Paraná, no próximo domingo (21)

17 de agosto de 2022

<https://mst.org.br/2022/08/17/33a-romaria-da-terra-no-parana-sabedoria-e-natureza-clamam-por-agroecologia-teto-terra-e-trabalho/>

“Amor de plantar”: mulheres expandem agroecologia em áreas impactadas pelo complexo de Suape

No litoral sul de Pernambuco, hortas comunitárias alimentam famílias quilombolas e ajudam a preservar o meio ambiente

6 de julho de 2022

<https://mst.org.br/2022/07/06/amor-de-plantar-mulheres-expandem-agroecologia-em-areas-impactadas-pelo-complexo-de-suape/>

Agroecologia nas eleições: movimentos atuam para ampliar debate sobre o tema

Pauta inclui reforma agrária e abertura de espaços de participação dos movimentos populares junto aos governos

4 de julho de 2022

<https://mst.org.br/2022/07/04/agroecologia-nas-eleicoes-movimentos-atuam-para-ampliar-debate-sobre-o-tema/>

19ª Jornada de Agroecologia recebe mais de 20 mil pessoas, com comida boa,

formação e arte

Ao longo de 5 dias de feira e apresentações culturais, o evento comercializou cerca de 30 toneladas de alimentos

4 de julho de 2022

<https://mst.org.br/2022/07/04/19a-jornada-de-agroecologia-recebe-mais-de-20-mil-pessoas-com-comida-boa-formacao-e-arte/>

Jornada de Agroecologia aponta caminhos para Brasil sair do Mapa da Fome

Políticas de acesso à terra, produção agroecológica incentivada e comercialização justa são reivindicações de quem produz alimentos para brasileiros

29 de junho de 2022

<https://mst.org.br/2022/06/29/comida-nao-commodity-jornada-de-agroecologia-aponta-caminhos-para-brasil-sair-do-mapa-da-fome/>

Contra a fome e por comida de verdade, alimentos são doados na 19ª Jornada de Agroecologia

Cerca de 20 toneladas de alimentos produzidos por acampamentos e assentamentos da reforma agrária do Paraná devem beneficiar famílias de nove comunidades de Curitiba e Região Metropolitana

27 de junho de 2022

<https://mst.org.br/2022/06/27/contra-a-fome-e-por-comida-de-verdade-alimentos-sao-doados-na-19a-jornada-de-agroecologia/>

Abertura da 19ª Jornada de Agroecologia reúne mais de 300 pessoas e cobra justiça por Dom e Bruno

Realizado no Campus Rebouças da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, o evento é um dos maiores promotores da agroecologia no Brasil e vai até 26 de junho

23 de junho de 2022

<https://mst.org.br/2022/06/23/abertura-da-19a-jornada-de-agroecologia-reune-mais->

de-300-pessoas-e-cobra-justica-por-dom-e-bruno/

Leonardo Boff, Otto e “A Banda Mais Bonita da Cidade” participam da 19ª Jornada de Agroecologia, em Curitiba

Evento começa nesta quarta-feira (22) e reúne cerca de 60 produtores agroecológicos, orgânicos e da economia solidária do Paraná, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais

22 de junho de 2022

<https://mst.org.br/2022/06/22/leonardo-boff-otto-e-a-banda-mais-bonita-da-cidade-participam-da-19a-jornada-de-agroecologia-em-curitiba/>

Campus Rebouças da UFPR recebe 19ª Jornada de Agroecologia entre 22 a 26 de junho, em Curitiba

Com mais de 20 shows e 30 oficinas e seminários gratuitos, a Jornada é um dos maiores eventos de Agroecologia do Brasil

18 de junho de 2022

<https://mst.org.br/2022/06/18/campus-reboucas-da-ufpr-recebe-19a-jornada-de-agroecologia-entre-22-a-26-de-junho-em-curitiba/>

Agricultores recebem visita de Lula à Fenafes: “mostra compromisso com a agroecologia”

O ex-presidente visitou o evento nesta quinta (16), conversou com expositores e ouviu elogios e cobranças

17 de junho de 2022

<https://mst.org.br/2022/06/17/agricultores-recebem-visita-de-lula-a-fenafes-mostra-compromisso-com-a-agroecologia/>

Confira os 20 anos de Escola Milton Santos de agroecologia

Escola segue na construção de um projeto agroecológico para o campo

15 de junho de 2022

<https://mst.org.br/2022/06/15/confira-os-20-anos-de-escola-milton-santos-de-agroecologia/>

Unidade Pedagógica de Agroecologia Marielle Franco apresenta demandas à Secretaria de Educação de Macaé (RJ)

As famílias cobram alguns encaminhamentos para garantir o funcionamento, a alimentação, transporte e a certificação dos estudantes de EJA na Unidade Pedagógica e que vivem nos assentamentos do município

6 de junho de 2022

<https://mst.org.br/2022/06/06/unidade-pedagogica-de-agroecologia-marielle-franco-do-mst-apresentam-demandas-a-secretaria-de-educacao-de-macae-rj/>

En Zambia, la campaña de alfabetización y agroecología alcanzó 2.000 personas

La Campaña de Alfabetización y Agroecología Fred M'membe pasa a su segunda fase en 2022, donde llegará a otras tres provincias del país

18 de maio de 2022

<https://mst.org.br/2022/05/18/en-zambia-la-campana-de-alfabetizacion-y-agroecologia-alcanzo-2-000-personas/>

5 elementos importantes sobre Território do Dicionário Agroecologia e Educação

Confira algumas informações chaves sobre o verbete na publicação

11 de maio de 2022

<https://mst.org.br/2022/05/11/5-elementos-importantes-sobre-territorio-do-dicionario-agroecologia-e-educacao/>

Coletivo Agroecologia Paraopeba e o diálogo de saberes no encontro de culturas em MG

Parte das ações de enfrentamento e reparação que o MST tem feito após o crime da Vale em Brumadinho; Assistência técnica se fundamenta no diálogo de saberes como

<p>método de trabalho na região</p> <p>9 de maio de 2022</p> <p>https://mst.org.br/2022/05/09/coletivo-agroecologia-paraopeba-e-o-dialogo-de-saberes-no-encontro-de-culturas-em-mg/</p>
<p>3 elementos chave sobre Educação em Agroecologia do Dicionário Agroecologia e Educação</p> <p>Confira algumas informações centrais sobre o verbete na publicação</p> <p>6 de maio de 2022</p> <p>https://mst.org.br/2022/05/06/3-elementos-chave-sobre-educacao-em-agroecologia-do-dicionario-agroecologia-e-educacao/</p>
<p>Na Zâmbia, Campanha de alfabetização e Agroecologia forma 2.000 pessoas</p> <p>Campanha de Alfabetização e Agroecologia Fred M'membe segue para sua segunda fase em 2022, onde irá para outras três Províncias do país</p> <p>6 de maio de 2022</p> <p>https://mst.org.br/2022/05/06/na-zambia-campanha-de-alfabetizacao-e-agroecologia-forma-2-000-pessoas/</p>
<p>Feminismo no campo: agroecologia é ferramenta de empoderamento</p> <p>Além de defender a produção de alimentos saudáveis, agricultoras lutam pela consciência dos direitos das mulheres</p> <p>6 de maio de 2022</p> <p>https://mst.org.br/2022/05/06/feminismo-no-campo-agroecologia-e-ferramenta-de-empoderamento/</p>
<p>Festival do MST em Minas Gerais fortalece a agroecologia e a cooperação</p> <p>Seminário de Sensibilização Ambiental na Reforma Agrária Popular aconteceu no primeiro dia junto com o lançamento do Dicionário de Educação do Campo</p>

29 de abril de 2022

<https://mst.org.br/2022/04/29/festival-do-mst-em-minas-gerais-fortalece-a-agroecologia-e-a-cooperacao/>

6 Considerações sobre Agrotóxicos do Dicionário de Agroecologia e Educação

Confira alguns elementos importantes do verbete sobre a agrotóxicos presente na publicação

29 de abril de 2022

<https://mst.org.br/2022/04/29/6-consideracoes-sobre-agrotoxicos-do-dicionario-de-agroecologia-e-educacao/>

6 Curiosidades sobre a Agroecologia presentes no Dicionário de Agroecologia e Educação

Confira alguns elementos importantes do verbete sobre a agroecologia, escrito pelas autoras Dominique Guhur e Nívia Regina da Silva, formadas em agronomia e integrantes do Setor de Produção do MST

27 de abril de 2022

<https://mst.org.br/2022/04/27/6-curiosidades-sobre-a-agroecologia-presentes-no-dicionario-de-agroecologia-e-educacao/>

Escola Politécnica, MST e Expressão Popular lançam Dicionário de Agroecologia e Educação

Publicação reúne 106 verbetes, de 169 autores

14 de abril de 2022

<https://mst.org.br/2022/04/14/escola-politecnica-lanca-dicionario-de-agroecologia-e-educacao/>

Encontro debate Educação e Agroecologia nas escolas do campo no Ceará

MST recebe encontro da coordenação político pedagógico ampliada do Projeto

<p>Educação e Agroecologia nas escolas do campo de territórios de Reforma Agrária</p> <p>11 de abril de 2022</p> <p>https://mst.org.br/2022/04/11/encontro-debate-educacao-e-agroecologia-nas-escolas-do-campo-no-ceara/</p>
<p>Escola Politécnica da Fiocruz, MST e Expressão Popular lançam Dicionário de Agroecologia e Educação</p> <p>Livro conta com 106 verbetes, elaborados por 169 autores de 68 instituições distintas</p> <p>8 de abril de 2022</p> <p>https://mst.org.br/2022/04/08/escola-politecnica-da-fiocruz-mst-e-expressao-popular-lancam-dicionario-de-agroecologia-e-educacao/</p>
<p>No Ceará, Jornada Universitária Lança o dicionário Agroecologia e Educação</p> <p>Lançamento inaugurou a programação da IX Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA)</p> <p>7 de abril de 2022</p> <p>https://mst.org.br/2022/04/07/no-ceara-jornada-universitaria-lanca-o-dicionario-agroecologia-e-educacao/</p>
<p>“Agroecologia é a resposta para um futuro que a gente quer”, diz Bela Gil</p> <p>Durante a Jornada de Solidariedade: Rumo aos Comitês Populares, Bela Gil conheceu o sítio Novo Amanhecer, de Jovana Cestille</p> <p>26 de março de 2022</p> <p>https://mst.org.br/2022/03/26/agroecologia-e-a-resposta-para-um-futuro-que-a-gente-quer-diz-bela-gil/</p>
<p>ANA lança série de vídeos pedagógicos sobre agroecologia e políticas públicas</p> <p>Os vídeos debatem temas como Estado e políticas públicas, participação social e popular e direito à comunicação</p>

23 de março de 2022

<https://mst.org.br/2022/03/23/ana-lanca-serie-de-videos-pedagogicos-sobre-agroecologia-e-politicas-publicas/>

Dicionário de Agroecologia e Educação é pré-lançado para Coletivo LGBT do MST

“O dicionário não é só fruto da academia, mas sim do povo”, explica uma das organizadoras

18 de março de 2022

<https://mst.org.br/2022/03/18/dicionario-de-agroecologia-e-educacao-e-pre-lancado-para-coletivo-lgbt-do-mst/>

Assentamento Contestado completa 23 anos e cresce na construção da agroecologia.

A comunidade é sede da Escola Latina Americana de Agroecologia (ELAA) e criou a Cooperativa Terra Livre, 100% agroecológica.

8 de fevereiro de 2022

<https://mst.org.br/2022/02/08/assentamento-contestado-completa-23-anos-e-cresce-na-construcao-da-agroecologia/>

Formatura da segunda turma de técnicos e técnicas em Agroecologia da Escola Luana Carvalho

São 13 filhos e filhas de trabalhadores rurais que se formaram técnicos e técnicas em agroecologia, pela Escola Luana Carvalho, em 2021

31 de janeiro de 2022

<https://mst.org.br/2022/01/31/formatura-da-segunda-turma-de-tecnicos-e-tecnicas-em-agroecologia-da-escola-luana-carvalho/>